

Comunicação como estratégia de combate à desertificação

Contribuição da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA à delegação brasileira na COP17 da UNCCD

Ulaanbaatar, Mongólia | Agosto de 2026

1. Apresentação

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) apresenta à delegação brasileira na 17ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP17 da UNCCD) esta contribuição sobre o papel estratégico da comunicação no enfrentamento à desertificação e na construção de sociedades resilientes em regiões áridas, semiáridas e secas.

Esta contribuição resulta de um processo de diálogo e escuta realizado no âmbito da preparação da sociedade civil brasileira para a COP17. Em 4 de agosto de 2026, a ASA, em parceria com a Rede Cajueira e a Agência EcoNordeste, com parceria técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), realizou a Roda de Conversa **“A comunicação na estratégia de combate à desertificação no Semiárido brasileiro”**.

A Rede Cajueira é uma iniciativa que busca descentralizar a mídia no Brasil e fortalecer o jornalismo independente feito nos estados do Nordeste. E a Agência EcoNordeste tem como propósito é fazer jornalismo de soluções de forma independente e colaborativa, que aponte caminhos para a sustentabilidade no Nordeste.

A atividade foi concebida como um espaço de encontro entre comunicadores e comunicadoras, organizações da sociedade civil, pesquisadores, universidades, educadores, equipes técnicas de iniciativas de convivência com o Semiárido e representantes do poder público. Seu objetivo foi evidenciar a agenda da COP17 e estimular olhares jornalísticos e comunicacionais mais sensíveis e urgentes sobre a desertificação no Semiárido brasileiro.

A dimensão e a diversidade da participação reforçam a relevância desse processo de escuta. Foram registrados 144 participantes na lista de presença, entre mais de 170 pessoas que acompanharam a atividade. Entre os participantes identificados, havia 34 pessoas ligadas diretamente à comunicação, cerca de 25 integrantes de equipes técnicas de projetos relacionados à convivência com o Semiárido, pesquisadores, docentes, estudantes, profissionais da área ambiental e outros atores. Por setor de atuação, destacaram-se 48 representantes da sociedade civil, 15 de instituições de

ensino e pesquisa, além de representantes de governo e de instituições de comunicação.

Portanto, este documento não pretende apresentar apenas uma posição institucional da ASA. Ele sistematiza questões, experiências e proposições que emergiram de um espaço plural de diálogo sobre comunicação, território e combate à desertificação.

2. Comunicação também é território

A experiência da ASA demonstra que combater a desertificação não significa apenas recuperar solos, conservar água, restaurar ecossistemas ou fortalecer sistemas produtivos resilientes. Significa também disputar os sentidos atribuídos aos territórios e às pessoas que neles vivem.

Há, portanto, uma dimensão simbólica da desertificação que precisa ser reconhecida.

Durante décadas, o Semiárido brasileiro foi representado predominantemente por imagens de seca, pobreza, fome, êxodo, atraso e carência. Essa representação não era apenas uma questão de linguagem ou de imagem. Ela contribuía para produzir uma determinada compreensão sobre o território e, conseqüentemente, sobre as políticas e os projetos considerados adequados para ele.

A trajetória da ASA está profundamente relacionada à construção de outro olhar. Desde a Declaração do Semiárido Brasileiro, lançada em 1999, durante a COP3, realizada no Recife, organizações da sociedade civil passaram a afirmar outro paradigma: o Semiárido não deveria ser compreendido como um problema a ser combatido, mas como um território de vida, onde povos e comunidades constroem conhecimentos, estratégias de adaptação, tecnologias sociais, formas de organização e alternativas de produção e reprodução da vida.

Essa mudança de paradigma foi também uma mudança comunicacional.

Ao longo de sua trajetória, a ASA passou a comunicar as experiências, os saberes, as belezas, as tecnologias sociais, os quintais produtivos, a organização comunitária e as capacidades existentes no território. Essa comunicação ajudou a construir novos sentidos para o Semiárido e a ampliar a compreensão pública sobre o que significa **Convivência com o Semiárido**.

Por isso, a comunicação deve ser compreendida como parte das estratégias de combate à desertificação: **ela é um território simbólico onde se disputam narrativas, valores, prioridades, conhecimentos e projetos de futuro.**

3. Da narrativa da escassez à comunicação dos territórios de vida

As contribuições apresentadas na Roda convergiram para a necessidade de superar uma comunicação que reduz o Semiárido à falta de água, à seca ou à degradação.

Isso não significa deixar de denunciar os processos de degradação, as desigualdades, as pressões econômicas e os conflitos territoriais. Significa comunicar problemas e soluções de maneira articulada, mostrando quem vive nos territórios, quem produz conhecimento, quem enfrenta os impactos e quem constrói alternativas.

A experiência apresentada pelo MMA com a campanha **Terra, Floresta, Água – Movimento Nacional de Enfrentamento à Desertificação e à Seca** reforça essa perspectiva: comunicar o combate à desertificação a partir das práticas concretas de agricultores e agricultoras, mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos, valorizando manejo do solo e da água, agrobiodiversidade, agroecologia, sociobioeconomia e conhecimentos locais.

A comunicação afirmativa, portanto, não significa uma comunicação ingênua ou simplesmente positiva. Trata-se de uma comunicação capaz de **denunciar impactos e conflitos, ao mesmo tempo em que anuncia experiências, conhecimentos e caminhos possíveis.**

Essa perspectiva é particularmente importante diante das novas disputas que atravessam o Semiárido brasileiro: expansão de atividades econômicas, pressão sobre recursos naturais, mineração, grandes empreendimentos, data centers, projetos de infraestrutura, créditos de carbono e diferentes concepções de desenvolvimento.

A Roda chamou atenção para a necessidade de atualizar a disputa de narrativas e evitar que soluções simplificadoras ou “mágicas” substituam a complexidade dos territórios e das experiências construídas pelas comunidades.

4. Comunicação para fortalecer a Convivência com o Semiárido

Um dos principais desafios colocados para a ASA na COP17 é comunicar internacionalmente uma proposta política construída a partir da experiência brasileira: a **Convivência com o Semiárido.**

Convivência com o Semiárido é um conceito político e uma construção histórica vinculada às experiências dos povos e comunidades do Semiárido brasileiro. Para dialogar internacionalmente, não basta traduzir a expressão. É necessário comunicar seus sentidos.

Isso significa relacionar as experiências brasileiras a questões que atravessam outras regiões áridas, semiáridas e secas do planeta: adaptação às mudanças climáticas, justiça social, restauração de ecossistemas, acesso à água, soberania e segurança alimentar, valorização dos conhecimentos locais, agroecologia, participação social e fortalecimento das capacidades dos povos e comunidades.

A comunicação pode fazer essa ponte entre o local e o global. Pode permitir que experiências construídas em comunidades do Semiárido brasileiro sejam compreendidas não como casos isolados, mas como parte de uma agenda internacional de construção de resiliência e enfrentamento à desertificação.

A COP17, portanto, deve ser entendida como uma oportunidade para ampliar essa circulação de sentidos, conhecimentos e experiências — e não como um ponto de chegada.

5. Quem comunica também importa

Outro aspecto central da Roda foi a valorização da comunicação produzida a partir dos próprios territórios.

A Rede Cajueira trouxe para o debate a experiência de descentralização da mídia e de fortalecimento do jornalismo independente produzido nos estados do Nordeste, em contraposição a narrativas estereotipadas e à prática de deslocar profissionais de grandes centros para interpretar realidades que já possuem seus próprios comunicadores, jornalistas, pesquisadores e fontes.

Esse debate se relaciona diretamente à existência de **desertos de notícias** e à fragilidade do ambiente informacional em diversos municípios nordestinos. A ausência ou fragilidade de meios locais de comunicação produz vazios, chamados de Desertos de Notícias, que podem ampliar a vulnerabilidade daquela população à desinformação e reduzir a capacidade de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, assim como de fiscalizar as gestões públicas e os que têm poder na região.

A Roda também apontou que o jornalismo independente e as redes de comunicação territorial têm desempenhado papel relevante na produção de informação contextualizada e com base científica. A experiência apresentada pela Cajueira mostrou diferenças importantes na presença de referências científicas e fontes de pesquisa entre veículos independentes e mídia tradicional na cobertura sobre a Caatinga.

Por isso, uma estratégia de comunicação para o combate à desertificação precisa reconhecer e fortalecer quem já comunica a partir dos territórios.

6. Comunicação comunitária, educomunicação e protagonismo dos povos

A comunicação para o combate à desertificação não pode ser reduzida à comunicação institucional, à assessoria de imprensa ou à divulgação de políticas públicas.

É necessário fortalecer processos de **comunicação popular, comunitária e educomunicação**, nos quais os próprios povos e comunidades possam produzir, registrar e disseminar suas narrativas.

Isso implica reconhecer agricultores e agricultoras, mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, organizações comunitárias, educadores e comunicadores populares como sujeitos de conhecimento e de comunicação.

A comunicação, nesse sentido, possui também uma dimensão pedagógica. Ela não apenas informa sobre a desertificação: contribui para formar sujeitos capazes de compreender seus territórios, interpretar os processos que os atravessam e participar da construção de alternativas.

7. Comunicação em rede e sustentabilidade

A Roda de Conversa evidenciou também que existem muitas iniciativas de comunicação já em funcionamento, mas que elas permanecem dispersas e frequentemente enfrentam dificuldades de financiamento e sustentabilidade.

A experiência da Agência EcoNordeste destacou a necessidade de aproximação entre organizações socioambientais, veículos, jornalistas e comunicadores, de modo a construir ações coletivas capazes de ampliar alcance, incidência e sustentabilidade. A própria experiência apontou a necessidade de enfrentar conjuntamente o crescimento da desinformação.

A comunicação da ASA é historicamente uma comunicação em rede, a partir das organizações que compõe a Articulação que estão presentes nos territórios do Semiárido.

Essa característica precisa ser ampliada para além das fronteiras nacionais. A Roda de Conversa apontou como horizonte a construção ou fortalecimento de uma rede de comunicadoras e comunicadores das regiões áridas, semiáridas e secas do mundo, capaz de compartilhar experiências, narrativas, conhecimentos e estratégias de comunicação.

8. Contribuições da ASA à COP17

A partir desse processo de escuta, a ASA propõe que a comunicação seja reconhecida como dimensão estratégica das políticas e ações de combate à desertificação e apresenta as seguintes contribuições à delegação brasileira:

1. Reconhecer a comunicação como dimensão estratégica do combate à desertificação

Que a comunicação seja incorporada às estratégias nacionais e internacionais de enfrentamento à desertificação não apenas como instrumento de divulgação, mas como dimensão política, educativa, cultural e de participação social.

2. Valorizar as narrativas produzidas pelos povos e comunidades dos territórios

Que políticas e estratégias de comunicação priorizem os sujeitos que vivem nos territórios, seus conhecimentos, experiências, práticas de manejo, tecnologias sociais e formas de construção de resiliência.

3. Fortalecer a comunicação comunitária, popular e a educomunicação

Que sejam ampliados investimentos em formação, produção de conteúdos e processos educativos que permitam aos próprios povos e comunidades produzir e difundir informações sobre seus territórios.

4. Sugerir mecanismos de sustentabilidade para o jornalismo independente e territorial

Que estratégias de combate à desertificação reconheçam a importância das iniciativas de comunicação independente e socioambiental, que atuam nas regiões secas do planeta, e contribuam para enfrentar os chamados Desertos de Notícias, fortalecendo iniciativas existentes nos territórios.

5. Estimular a produção e circulação de conteúdos acessíveis com anúncios de soluções locais e denúncias de atividades que degradam os biomas

Que experiências concretas de convivência com os biomas, restauração, manejo sustentável da terra e da água, agroecologia e adaptação sejam sistematizadas e disponibilizadas em formatos acessíveis, compartilháveis e multilíngues.

Assim como que as iniciativas de comunicação sejam capazes de denunciar degradações, desigualdades, conflitos e violações, que provocam processos de degradação ambiental.

6. Combater a desinformação sobre desertificação e desenvolvimento territorial

Estimular que estratégias de comunicação dos países incluam mecanismos de enfrentamento à desinformação, valorizando informação científica, conhecimento local e fontes qualificadas dos próprios territórios.

7. Fortalecer a conexão entre conhecimento científico e saber popular

Que pesquisadores, universidades, instituições públicas, comunicadores e comunidades sejam reconhecidos como parte de uma mesma estratégia de produção e circulação de conhecimento sobre desertificação.

9. Uma agenda brasileira para uma comunicação dos territórios

A experiência da ASA mostra que a comunicação pode contribuir para transformar a maneira como uma sociedade olha para seus territórios.

A história da Convivência com o Semiárido demonstra que mudar a narrativa não é apenas mudar palavras ou imagens. É reconhecer outros sujeitos, outros conhecimentos e outras possibilidades de futuro.

Foi assim que a ASA ajudou a deslocar o olhar sobre o Semiárido brasileiro: de um território marcado exclusivamente pela seca e pela escassez para um território onde existem povos, saberes, organização social, tecnologias, biodiversidade, produção, cultura e capacidade de construir respostas aos desafios ambientais e climáticos. Essa construção comunicacional esteve vinculada à mobilização social e à luta pela defesa dos territórios.

A COP17 oferece uma oportunidade para ampliar essa experiência.

O Brasil pode contribuir para que a comunicação seja compreendida internacionalmente como parte da estratégia de combate à desertificação, reconhecendo que não haverá transformação duradoura dos territórios sem transformação também das narrativas que os representam.

A ASA defende, portanto, uma comunicação que seja **territorial, participativa, plural, científica e popular; que valorize os povos e seus conhecimentos; que combata a desinformação; que denuncie as ameaças e anuncie as alternativas; e que conecte experiências locais a uma agenda global de justiça socioambiental.**

A COP pode abrir portas, produzir compromissos e ampliar a visibilidade de experiências. Mas, como emergiu fortemente na Roda de Conversa, a comunicação deve funcionar como uma ponte que permanece depois que essas portas se fecham: conectando territórios, povos, conhecimentos e lutas.

É nessa perspectiva que a ASA apresenta esta contribuição à delegação brasileira na COP17 da UNCCD: **comunicar também é combater a desertificação, porque disputar as narrativas sobre os territórios é disputar os projetos de futuro para esses territórios.**